

Conjuntura Palocci vai detalhar como a Fazenda pretende obter um superávit fiscal maior em 2003

Fazenda define este mês novas metas macroeconômicas

Claudia Safatle
De Brasília

Até o final deste mês o ministro da Fazenda, Antônio Palocci, vai apresentar um conjunto de metas e propostas que vão orientar a ação da área econômica este ano. Ele definirá a nova meta de superávit fiscal, o prazo em que o Banco Central pretende atingir a meta de inflação para este ano, o projeto de autonomia do Banco Central, a proposta de mudança na Lei de Falências, o direcionamento que pretende dar aos financiamentos dos bancos públicos federais e como ampliar o crédito do sistema bancário para o setor privado. Além dessas, há sugestões também para outras áreas do governo, sobre como focar melhor a aplicação dos recursos públicos nos programas sociais.

Ainda nesse prazo, a Fazenda e o Ministério do Planejamento vão divulgar um decreto ordenando as despesas orçamentárias de janeiro e outro com a programação para o ano de 2003.

"Vamos demonstrar como será feito o superávit fiscal maior", adiantou o ministro, em entrevista coletiva, após admitir que "a tendência" é definir uma meta superior aos 3,75% do Produto Interno Bruto (PIB) previa-

mente estabelecidos, embora ele não saiba ainda o quanto.

Será o necessário para dar uma "garantia incontestável da sustentabilidade da dívida", porque "quem tem dívida, tem que pagá-la", sublinhou Palocci. Uma das recomendações que o ministro já fez aos seus assessores é para que busquem receitas extraordinárias — as de 2002 chegaram à R\$ 18 bilhões — para reforçar o orçamento deste ano.

"Não vamos alterar a meta para a inflação", reafirmou o ministro, "porque consideramos que é possível atingir a convergência para a meta num período mais longo". Ele informou que o Comitê de Política Monetária (Copom), que se reúne na próxima semana, definirá qual prazo será esse — se 18 meses, 24 meses ou mais — e lembrou que essa é uma prática usada pelos bancos centrais que trabalham em regime de metas para a inflação para acomodar choques de oferta. Ou seja, não se mexe na meta de 4% para o Índice de Preços por Atacado Amplo (IPCA), com a margem de tolerância de 2,5 pontos percentuais para cima ou para baixo fixada para este ano. Mas o Copom continuará trabalhando com a meta de inflação ajustada, abrindo margens para uma futura redução da taxa de juros.

Palocci também disse que a inflação está dando sinais de "decréscimo no atacado e no varejo" e que, portanto, será possível atingir a meta do IPCA este ano num prazo mais elástico, ao invés de forçar a mão na política monetária para buscar uma convergência imediata.

Os primeiros dias do governo do presidente Lula têm sido "positivos", na avaliação do ministro, porque o presidente da República tem atuado de forma "consistente" e dado total apoio à área econômica. Com isso, os indicadores de confiança no país estão aumentando e a taxa de câmbio está depreciando.

A definição do novo superávit primário — que deverá ser entre 4,1% do PIB e 4,5% do PIB — será feita ainda este mês, com o governo se antecipando à negociação com a missão técnica do Fundo Monetário Internacional (FMI), que ocorrerá em fevereiro.

"Não fazemos superávit para o FMI, mas porque temos dívida e quem tem dívida tem que pagá-la", assinalou o ministro da Fazenda. Deixar a discussão de um reforço na meta fiscal para fevereiro, para coincidir com a negociação técnica com o fundo, e ainda aguardar a reunião da diretoria do FMI na segunda quinzena de março retardaria



Antônio Palocci: sem intenção de solicitar ao FMI uma mudança na metodologia de cálculo do déficit público

demaís a tomada de medidas, disse o ministro.

Ele negou qualquer intenção de mudar ou solicitar ao FMI uma mudança na metodologia de cálculo do déficit público, de forma a retirar os gastos em programas sociais das contas. Mas admitiu, no futuro, introduzir na política fiscal um componente anti-cíclico. Ou seja, nos moldes do que faz hoje o Chile, o governo criaria um fundo de reservas nas épocas de vacas gordas para bancar os gastos sociais nos tempos de escassez, de forma que quando o país entrasse em recessão, esta não se aprofundasse ainda mais com os cortes de gastos públicos. Seria uma espécie de superávit primário "flutuante", que levaria em conta o desempenho da atividade econômica.

Palocci, porém, não pretende entrar nessa discussão agora. Ele acredita que, neste momento, é necessário ter clareza e transparência ao invés de mudanças. "Temos que construir uma política que tenha credibilidade para, depois, buscar mecanismos para lidar com crises, mas esse é um debate procedente para um país como o Brasil".

Referindo-se à agenda de anúncios de metas e de sugestões do final do mês, o ministro da Fazenda explicou que, na área social "vamos propor melhoria do desempenho financeiro dos programas sociais, criando instrumentos capazes de melhorar a eficiência do que está sendo feito e do que se pretende fazer e a qualidade do gasto público, integrar e focar os progra-

mas". Na área do desenvolvimento econômico, a idéia do ministro é "oferecer instrumentos", seja de alocação de recursos públicos ou de financiamentos dos bancos federais, além de abrir espaço para facilitar o crédito privado, que é baixíssimo como proporção do PIB no país. Palocci informou ainda que a equipe do ministério da Fazenda está "estudando de forma intensa nesse momento a Lei de Falências".

Exceto em casos muito específicos, como o de medicamentos, o governo não fará intervenções nos preços privados. No caso de aumentos de preços do petróleo, se algo for feito será apenas na concessão de subsídios para o gás de cozinha para famílias de baixa renda.